

ESPORTE ADAPTADO E INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE ITAJAÍ – SC: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*ADAPTED SPORT AND SOCIAL INCLUSION IN THE CITY OF ITAJAÍ - SC:
EXPERIENCE REPORT*

*DEPORTE ADAPTADO E INCLUSIÓN SOCIAL EN LA CIUDAD DE ITAJAÍ – SC: UN
RELATO DE EXPERIENCIA*

Suzete Antonieta Lizote Terres¹
Tatiane Calve²

Resumo

O esporte paralímpico no Brasil, atualmente, tem grande visibilidade e é uma realidade para muitos esportistas com deficiência. Entretanto os praticantes do esporte adaptado ainda passam por muitas dificuldades, entre elas o transporte até os locais de treinamento, a adequação dos ambientes e materiais utilizados, a falta de incentivo da família e do poder público e, ainda, a escassez de profissionais habilitados para atuar nessa área. Mesmo com as dificuldades encontradas, o esporte adaptado é sinônimo de inclusão social e de melhora nas condições físicas e psíquicas dos paratletas. Assim sendo, o presente estudo tem por objetivo relatar a experiência de treinamento em atletismo adaptado no Centro de Treinamento do município de Itajaí, estado de Santa Catarina, Brasil. O relato de experiência expõe as dificuldades em relação a barreiras arquitetônicas, materiais adaptados e transporte público para a realização do treinamento. De acordo com os relatos dos paratletas e com os resultados de uma visita de campo, é possível considerar que se fazem necessárias políticas públicas voltadas ao esporte adaptado amador, com o fim de incentivar a prática esportiva, a socialização e inclusão social das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Esporte adaptado. Inclusão social. Políticas públicas.

Abstract

Paralympic sport in Brazil, currently, has great visibility and it is a reality for many athletes with disabilities. However, practitioners of adapted sports still experience many difficulties, including transportation to training sites, the adequacy of the environments and materials used, the lack of encouragement from the family and the public authorities, and the shortage of qualified professionals to act in this area. Even with the difficulties encountered, the adapted sport is synonymous with social inclusion and improvement in the physical and psychic conditions of the athletes. Therefore, the present study aims to report the experience of training in athletics adapted at the Training Center of the municipality of Itajaí, state of Santa Catarina, Brazil. The experience report exposes the difficulties in relation to architectural barriers, adapted materials and public transport for the training. According to the reports of the parathletes and the results of a field visit, it is possible to consider that public policies aimed at adapted amateur sports are necessary, in order to encourage sports practice, socialization and social inclusion of people with disabilities.

Keywords: Adapted sports. Social inclusion. Public policies.

Resumen

El deporte paralímpico en Brasil, actualmente, goza de gran visibilidad y es una realidad para muchos deportistas con deficiencia. Sin embargo, quienes practican el deporte adaptado todavía sufren muchas dificultades, entre ellas el transporte hasta los lugares de entrenamiento, la adecuación de los ambientes y materiales utilizados, la falta de incentivo de la familia y del poder público y, también, la escasez de profesionales habilitados para actuar en el

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Educação Física em EAD pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: lizote@univali.br

² Doutora em Ciências da Saúde, Mestre em Ciências da Motricidade, Graduada em Bacharelado em Educação Física, Professora-Orientadora do Programa de Iniciação Científica e docente dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física da Escola Superior de Educação do Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: tatiane.c@uniter.com.

área. Aun frente a las dificultades encontradas, el deporte adaptado es sinónimo de inclusión social y de mejora en las condiciones físicas y psíquicas de los atletas. Siendo así, este estudio tiene por objetivo relatar la experiencia de entrenamiento de atletismo adaptado en el Centro de Entrenamiento del municipio de Itajaí, estado de Santa Catarina, Brasil. El relato de experiencia expone las dificultades relativas a las barreras arquitectónicas, materiales adaptados y transporte público para la realización del entrenamiento. A partir de los relatos de los atletas y de los resultados de una visita de campo, es posible considerar que se hacen necesarias políticas públicas dirigidas al deporte adaptado amateur, con el fin de incentivar la práctica deportiva, la socialización y la inclusión social de las personas con discapacidad.

Palabras-clave: Deporte adaptado. Inclusión social. Políticas públicas.

1 Introdução

O esporte paralímpico brasileiro está tendo cada vez mais visibilidade nacional e internacional, pelo ótimo desempenho e pelo número de medalhas conquistadas, principalmente em Jogos Parapan-Americanos e Paralímpicos. Esse avanço está em concordância com as alterações nas relações das pessoas deficientes com a sociedade.

As conquistas sociais são recentes e, mesmo com preconceitos, estereótipos e discriminação presentes na vida da pessoa com deficiência, muitos foram os avanços nos direitos legais dessa população. Nesta linha de pensamento, Sansiviero e Dias (2005, p. 441) salientam que “[...] é possível também entender as mudanças acompanhando as modificações introduzidas na legislação em diferentes aspectos, seja em relação à educação, aos direitos adquiridos ou mesmo quanto às garantias e preocupações quanto às práticas do lazer e turismo”.

O objetivo desse estudo foi relatar as dificuldades enfrentadas por paratletas do município Itajaí, estado de Santa Catarina, Brasil, em relação à prática de atletismo adaptado. Além disso, estabeleceu-se relação entre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146) — no que se refere ao direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer— com a vivência das pessoas que dela dependem para garantir seus direitos perante a lei e a sociedade.

2 A origem do esporte paralímpico no Brasil e no mundo

O esporte paralímpico teve início após a I Guerra Mundial, quando pessoas lesionadas de guerra passaram a receber assistência de médicos e fisioterapeutas que trabalhavam com esporte (ICP, 2019; MAUERBERG-DECASTRO *et. al.*, 2011).

Após a II Guerra Mundial, com o médico Dr. Ludwig Guttman, o esporte para pessoas com deficiência ganhou visibilidade internacional (MAUERBERG-DECASTRO *et. al.*, 2011). Foi em Stoke Mandeville – Inglaterra, em 1952, que aconteceram os primeiros jogos internacionais para lesados medulares (ICP, 2010). Após essa data, o esporte adaptado para

deficientes ganhou o mundo, até sua chegada à Olimpíada de Roma, com os IX Jogos Internacionais de Stoke Mandeville.

Em 1967, no Pan Am Multi-Sport Games, no Canadá, atletas com outros tipos de deficiência tiveram a oportunidade de participar de um torneio internacional (STROHKENDEL, 1996 apud MAUERBERG-DECASTRO *et. al.*, 2011). Assim, surgiu a Olimpíada dos Deficientes Físicos, que, em 1985, passou a se chamar Jogos Paralímpicos.

No Brasil, o esporte adaptado chegou através do paratleta Sérgio Seraphim Del Grande, após tratamento de reabilitação nos EUA. Em seu retorno ao Brasil, fundou o Clube dos Paraplégicos de São Paulo, o CPSP (Portal Educação, 2019).

De acordo com o artigo 2º da Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Uma das maneiras de realizar, efetivamente, a inclusão social de pessoas com deficiência é a prática esportiva.

3 Esporte Adaptado em Itajaí/SC

O presente relato de experiência teve por objetivo identificar como esse processo é realizado na pista de atletismo localizada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, Bairro Ressacada, Itajaí/SC. Encontra-se situada em uma rua paralela, atrás de uma avenida principal, próxima a um terminal de ônibus e da Universidade do Vale do Itajaí. Ela foi inaugurada em 2003 e é mantida pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer (FMEL) do referido município, sendo, desta forma um local público e de livre acesso à população em geral.

O local é frequentado por atletas profissionais, amadores, assessorias de corridas, escolas públicas e particulares e o público em geral. Além da pista de atletismo, possui um campo com gramado — no qual também se realizam campeonatos de rugby — e ao lado está construída uma pista de ciclismo. A figura 1 representa a estrutura da pista de atletismo em questão.

Figura 1: Imagens da pista de atletismo utilizada para os treinamentos.



Como se pode observar nas imagens acima, o espaço é amplo, arborizado, com gramado e estrutura com arquibancadas cobertas. Destaca-se também que o local é bem iluminado o que possibilita a prática esportiva no período noturno também.

Para a realização do relato de experiência foi feita uma visita de campo à pista de atletismo de Itajaí. Anteriormente à visita, decidiu-se que se fariam observações e entrevistas; e com base no roteiro proposto, se elaboraram algumas questões e apontamentos a serem levados em consideração.

No dia da visita estava ocorrendo o treinamento de paratletas cadeirantes e deficientes visuais.

Inicialmente, fez-se uma visita ao local, para verificar a aplicabilidade da lei em estudo. Observou-se que o espaço foi adaptado para cadeirantes com a construção de rampas de acesso. Verificou-se também a existência de piso-guia nas calçadas que dão acesso à pista e também que os banheiros internos foram adaptados para deficientes físicos conforme se evidencia na figura 3.

Figura 2: Imagens das rampas e banheiro adaptado para atender pessoas com deficiência física.

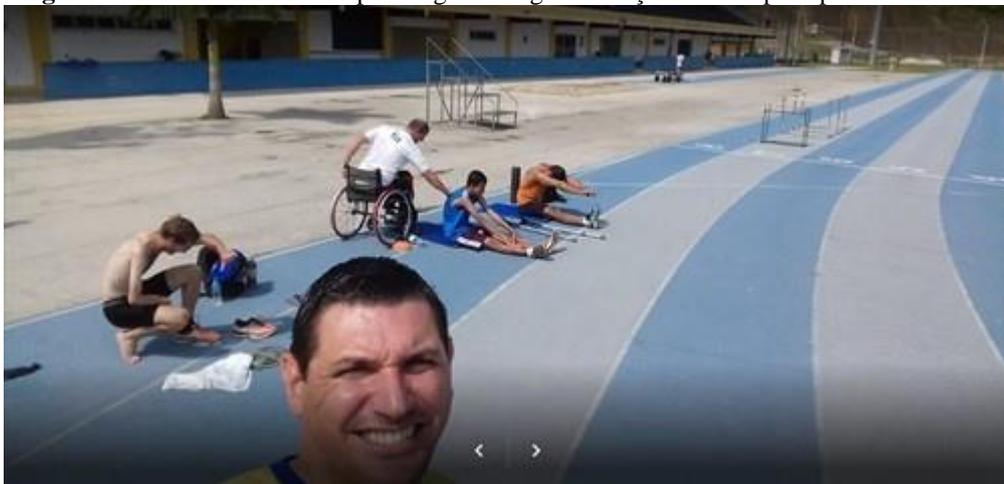


Além da observação e relato das adaptações físicas para atender as necessidades dos deficientes que frequentam e treinam no local, realizou-se entrevista com os paratletas que treinam na pista de atletismo.

Um deles é deficiente visual, de 41 anos, campeão brasileiro nas modalidades T11 (atleta acompanhado de guia), nas provas de 5 e 10 km. O outro paratleta que usufrui do local para treinamento é atleta de lançamento de peso adaptado para cadeirantes.

Na figura 3, os paratletas encontram-se em processo de alongamento após o treinamento de suas respectivas modalidades esportivas.

Figura 3: Paratletas de corrida para cegos com guia e lançamento de peso para cadeirantes.



4 Acessibilidade da pista de atletismo de Itajaí/SC para o atleta com deficiência

Identificou-se que a acessibilidade de pessoas deficientes visuais na referida pista é difícil, pela falta de piso-guia, na parte interna da pista de atletismo. Além disso, existe piso-guia de calçadas somente na entrada do local, o que dificulta muito o acesso de atletas cegos à pista de atletismo, para a prática da corrida. A falta de piso-guia pode ocasionar tropeços e quedas das pessoas cegas.

Em relação às pessoas com deficiência física, principalmente as que fazem uso de cadeira de rodas, as dificuldades de acesso ao local de treinamento ainda são maiores, pois as rampas são menores e mais inclinadas do que o padrão determinado por lei. Em alguns casos, o atleta cadeirante consegue chegar até o centro de esportes, mas tem dificuldade de acesso à pista de atletismo ou ao gramado.

Se notarmos as ruas de nossas cidades, elas não são construídas para que pessoas com deficiência, ou até mesmo pessoas idosas possam caminhar com tranquilidade. Sempre há partes quebradas ou com falta de sinalização, não há rampas de acesso, entre outras dificuldades que os deficientes possuem ao se deslocar pelas cidades.

Não podemos deixar de destacar que, além das barreiras arquitetônicas, a população em geral também tem uma parcela de culpa nas dificuldades de deslocamento das pessoas com deficiência pelas ruas da cidade. Por exemplo, deixam o carro ou as bicicletas em locais reservados para pessoas com deficiência, fechando os espaços de passagem das cadeiras de rodas.

Como exposto acima, percebe-se que, muitas vezes, as ações não dependem somente dos órgãos públicos, mas da população em geral, que deve ter bom senso e consciência, auxiliando a manter e conservar os locais públicos. Os reflexos dessas atitudes negativas podem afetar várias pessoas.

Outro relato importante nesse estudo, é a falta de transporte público até o local. Os paratletas que moram longe da pista e não possuem condução própria, têm dificuldade em utilizar o transporte coletivo, pela questão dos horários e adaptações necessárias para o atendimento de pessoas com deficiência física.

Além das dificuldades de transporte, das adequações físicas no local de treinamento e das adaptações nos materiais, o incentivo à inclusão de pessoas com deficiências no esporte e lazer ainda é precário.

O programa Bolsa Atleta, uma parceria entre o Governo Federal e o Ministério do Esporte (Caixa, 2019), oferece bolsas que variam de acordo com a categoria do atleta/paratleta:

- a) Atleta Estudantil: R\$ 370,00;
- b) Atleta de Base: R\$ 370,00;
- c) Atleta Nacional: R\$ 925,00;
- d) Atleta Internacional: R\$ 1.850,00;
- e) Atleta Olímpico e Paralímpico: R\$ 3.100,00;
- f) Atleta Pódio: até R\$ 15.000,00.

Mesmo havendo incentivo para paratletas, a falta de apoio financeiro é um dos principais problemas para que a pessoa com deficiência possa se iniciar no paradesporto e se tornar um atleta de alto rendimento.

Além disso, o preconceito, os estereótipos negativos que se associam às pessoas com deficiência, resultam na sua discriminação, que ainda é grande não somente em nosso país, mas no mundo inteiro.

Muitos atletas amadores em nosso país, mesmo que com resultados expressivos, não contam com ajuda de custo e incentivo para o treinamento esportivo, o que contraria o artigo 2º da Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015), que estabelece o dever de “Incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

Os auxiliares e técnicos que trabalham com esporte adaptado nos pequenos centros e municípios de nosso país, buscam, junto ao poder público, melhorar as condições de trabalho e prática esportiva das pessoas com deficiência. Porém, nem sempre as solicitações são atendidas. As entidades responsáveis recusam auxílio, afirmando que há falta de recursos orçamentários disponíveis para o esporte, razão pela qual cortam as verbas do esporte adaptado nos municípios.

As dificuldades financeiras para o paratleta são grandes, pois se, por um lado, as secretarias municipais, estaduais ou federais, não disponibilizam recursos para esse público, pelo outro, o investimento das empresas privadas tampouco é significativo pela falta de retorno financeiro, uma vez que o esporte adaptado não está presente na mídia.

Entretanto, devemos destacar que, mesmo com tanta dificuldade, a participação de pessoas com deficiência na prática esportiva é de singular importância para o processo de melhoria das suas condições orgânicas, físicas e psicossociais.

Independentemente dos resultados da competição, para os praticantes de esporte adaptado, participar é muito importante para a sua autoestima e até para a própria aceitação da sua condição. Porém, estamos muito distantes do que é ideal para este público. Falta muito incentivo, apoio financeiro e estruturas físicas adequadas. A lei existe, mas ainda há um caminho muito longo entre a teoria e a prática.

Nesse sentido, a Educação Física para a Educação Inclusiva leva a refletir que é possível — mas acima de tudo, é necessário — querer e estar disposto a modificar a concepção da sociedade sobre a forma de ver o mundo. Neste sentido, Glat (1998, p. 44) já colocava que é necessário “[...] se aproximar de um indivíduo com deficiência e entendê-lo com suas

especificidades e suas dificuldades individuais e, junto com ele, criar um programa individual de integração que atenda às suas necessidades, possibilidades e desejos”.

Com a visita in loco, verificou-se que muitos itens da legislação ainda não estão sendo colocados em prática, conforme se observa nas imagens da Figura 4.

La foto demonstra que os locais não estão adaptados de acordo com a Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015), que destaca que a pessoa com deficiência deve ter acesso a todo tipo de patrimônio, como locais de eventos e serviços públicos e privados.

A falta de acessibilidade muitas vezes impossibilita a inserção social do atleta. Santos *et al.* (2016 p. 5) destacam que “Faz-se necessária a adaptação do ambiente para que os portadores de determinada deficiência possam usufruir das mesmas condições que os não portadores, diminuindo barreiras sociais e promovendo a inserção desses indivíduos nos diversos espaços”.

Podemos observar na figura 4, que não há local reservado para cadeirantes na arquibancada e, mesmo se houvesse, o acesso é dificultado pela escada.

Figura 4: Arquibancada sem local reservado para cadeirantes.



O artigo 44 da Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015) deixa claro que deve ser assegurado aos deficientes físicos espaços e assentos, ou seja, devem estar reservados, em ambientes públicos e privados, espaços livres e assentos de boa visibilidade, para as pessoas com deficiência. Além disso, os espaços devem estar sempre sinalizados.

Como é possível observar, os deficientes têm inúmeros direitos perante a lei, entretanto, há atraso no cumprimento dessas disposições legais, que beneficiariam as pessoas que delas necessitam para ter igualdade social.

Podemos relatar, também, em relação ao esporte, que as leis garantem não somente direitos aos praticantes de esportes adaptados, mas também o direito de acesso como espectadores de modalidades esportivas, ou seja, acesso à inclusão social, pelo esporte.

5 Considerações finais

Através desse relato de experiência, é possível considerar que as políticas públicas para o incentivo à prática esportiva de pessoas com deficiência existem, mas há dificuldades no cumprimento dessas leis, para que, efetivamente, elas possam usufruir do direito de praticar esporte, por competição ou lazer.

É sabido que o esporte e o lazer são ferramentas importantíssimas para a inclusão social, não só de pessoas com deficiência, mas para diferentes populações. Portanto, faz-se necessário que os órgãos públicos façam mais investimentos na área, principalmente que destinem recursos para que pessoas com deficiência possam praticar de maneira adequada esportes competitivos e de lazer, para melhorar a sua qualidade de vida.

Diante do exposto, salienta-se que é essencial a existência de políticas públicas voltadas para a adequação dos equipamentos e espaços de esporte e lazer, com o objetivo de propiciar socialização e acessibilidade para todas as pessoas com deficiência.

Referências

BRASIL, 2015, **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 23 mar. 2019.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **O que é bolsa atleta**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-atleta/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 21 dez. 2019.

GLAT, R. **Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. **History of the paralympic movement**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc/history> Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

MAUERBERG-deCASTRO, E. **Atividade física adaptada**. 2 ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2011.

PORTAL EDUCAÇÃO. **O esporte adaptado no Brasil**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/o-esporte-adaptado-no-brasil/28199>. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

SANSIVIERO, S.; DIAS, C. M. M. Hotelaria e acessibilidade. **Revista Turismo Visão e Ação**. v. 7, n. 3, p. 439-453, 2005.

SANTOS, A. S. dos, *et al.* Análise das medidas de acessibilidade no terminal rodoviário e Porto Seguro-BA. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**. v. x, n. 1, 2016.